Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

O primeiro semestre de 2018 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R$ 15,9 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R$ 13,2 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 31 de março de 2018.
- Responsável por 61,4% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 61,2% no segmento de caminhões e ônibus e 61,5% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Sexta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R$ 490 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 27,9% em 30 de junho de 2018.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2018 concentraram 81% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

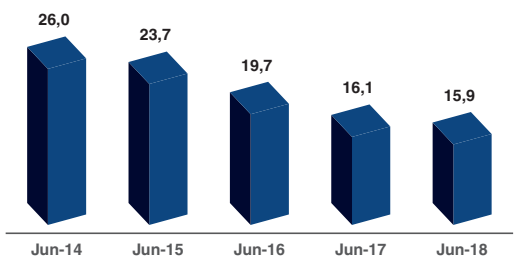
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

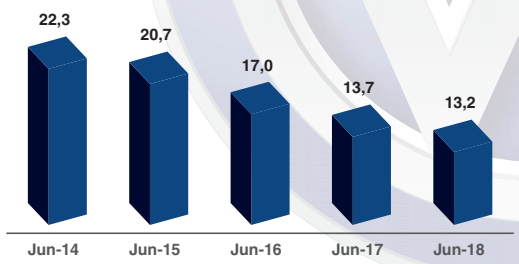
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

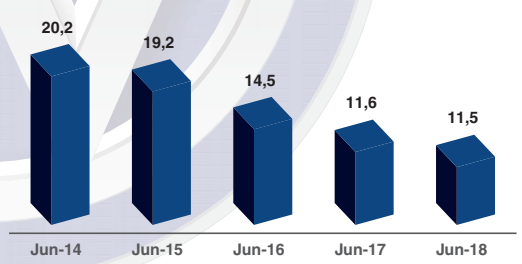
TOTAL DE ATIVOS (R$ bilhões)



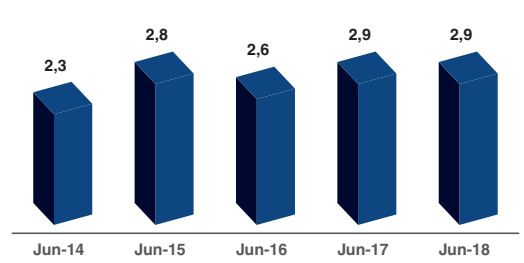
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

ATIVO

	2018	2017
CIRCULANTE	**8.876.319**	**9.390.343**
Disponibilidades	2.879	4.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	714.196	612.755
Aplicações no mercado aberto	714.196	572.678
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.077
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	39.318	56.580
Carteira própria (Nota 4)	39.244	26.313
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	74	30.267
Operações de crédito (Nota 6)	6.950.317	7.241.623
Operações de crédito - setor privado	7.226.548	7.394.226
Operações de crédito vinculadas a cessão	16.632	186.817
Provisão para operações de crédito - setor privado	(292.863)	(339.420)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(644)	(500)
Arrendamentos a receber - setor privado	106.244	81.689
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.952)	(79.702)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.936)	(2.487)
Outros créditos	1.119.448	1.406.916
Créditos tributários (Nota 19 (a))	606.492	1.003.268
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	237.889	149.121
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(2.279)	(1.339)
Diversos (Nota 7)	277.346	255.866
Outros valores e bens	50.805	68.764
Despesas antecipadas (Nota 8)	2.436	6.836
Outros valores e bens	48.369	61.928
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**6.202.932**	**5.952.672**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	69.472
Carteira própria (Nota 4)	-	69.472
Operações de crédito (Nota 6)	5.037.331	5.197.090
Operações de crédito - setor privado	5.457.670	5.726.056
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	22.872
Provisão para operações de crédito - setor privado	(420.339)	(551.838)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(842)	(1.138)
Arrendamentos a receber - setor privado	105.334	117.223
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(104.694)	(115.941)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.482)	(2.420)
Outros créditos	1.165.972	685.557
Créditos tributários (Nota 19 (a))	470.373	79.021
Diversos (Nota 7)	695.599	606.536
Outros valores e bens	471	1.691
Despesas antecipadas (Nota 8)	471	1.691
PERMANENTE	**813.048**	**717.520**
Investimentos	502.922	435.964
Investimento em controlada (Nota 9)	502.922	435.964
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	331	12
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	289.787	254.733
Bens arrendados	356.061	335.248
Depreciações acumuladas	(66.274)	(80.515)
Intangível	20.008	26.811
Ativos intangíveis - líquido de amortização	20.008	26.811
TOTAL DO ATIVO	**15.892.299**	**16.060.535**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
CIRCULANTE	**5.653.367**	**5.165.221**
Depósitos (Nota 10)	3.048.708	1.339.933
Depósitos interfinanceiros	-	242.985
Depósitos a prazo	3.048.708	1.096.948
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	661.012	-
Recursos de letras financeiras	661.012	-
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	-	1.122.348
Empréstimos no país	-	956.602
Empréstimos no exterior	-	165.746
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.553.178	2.160.130
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	6.547
Outras obrigações	390.469	536.263
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.288	3.615
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	112.520	65.855
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	20.027	31.508
Dívidas subordinadas (Nota 16)	111.507	111.155
Diversas (Nota 17)	143.127	324.130
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**7.213.908**	**7.918.546**
Depósitos (Nota 10)	2.162.280	2.315.212
Depósitos interfinanceiros	235.310	60.121
Depósitos a prazo	1.926.970	2.255.091
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	587.011	613.772
Recursos de letras financeiras	587.011	613.772
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.664.520	2.268.041
Outras obrigações	2.800.097	2.721.521
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	163.996	120.578
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	20.139	10.169
Provisão para contingências (Nota 15)	819.498	832.062
Dívidas subordinadas (Nota 16)	595.915	646.188
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 16)	1.151.058	1.049.083
Diversas (Nota 17)	49.491	63.441
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (n))	**97.406**	**115.551**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	**2.927.618**	**2.861.217**
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.336.879	1.333.558
Lucros acumulados	282.856	219.776
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.892.299**	**16.060.535**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.317.711**	**1.270.750**
Operações de crédito	1.220.278	1.232.051
Operações de arrendamento mercantil	81.291	51.529
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.482	56.927
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(1.340)	(69.757)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(547.017)**	**(677.100)**
Operações de captação no mercado	(263.753)	(306.991)
Operações de empréstimos e repasses	(114.885)	(145.479)
Operações de arrendamento mercantil	(53.900)	(34.743)
Operações de venda de ativos financeiros	8.256	(20.208)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(122.735)	(169.679)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**770.694**	**593.650**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(245.008)**	**(193.492)**
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))	32.390	26.910
Despesas de pessoal	(1.113)	(913)
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))	(124.100)	(128.595)
Despesas tributárias	(34.160)	(17.664)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	35.387	52.374
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))	126.711	35.813
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))	(280.123)	(161.417)
RESULTADO OPERACIONAL	**525.686**	**400.158**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21 (f))	(11.103)	(13.214)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**514.583**	**386.944**
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(120.624)	(82.522)
Contribuição social (Nota 19 (c))	(96.215)	(73.079)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**297.744**	**231.343**
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R$	0,95	0,74

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	297.744	231.343
Ajustes ao lucro líquido:		
Amortizações e depreciações	4.298	5.618
Resultado de participação em controlada	(35.387)	(52.374)
Provisão para devedores duvidosos	122.735	169.679
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	84.210	82.427
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	2.028	93.649
Reversão para outros valores e bens	(3.484)	(69)
Provisão para contingências e obrigações legais	97.245	72.221
Tributos diferidos	77.833	53.859
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	**647.222**	**656.353**
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.135	21.206
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(208.709)	1.203.010
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	67.901	(157.815)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(119.285)	(57.021)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	**(247.958)**	**1.009.380**
Aumento (redução) em depósitos	1.131.640	1.083.511
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	515.081	(448.464)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(544.491)	(997.043)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	(625.175)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(215.496)	(558.719)
Aumento (redução) em outras obrigações	(849.506)	(361.051)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(19.387)	(13.220)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	**17.841**	**(1.920.161)**
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**417.105**	**(254.428)**
Aquisição de imobilizado de uso	(341)	-
Aquisição de ativo intangível	(1.791)	(2.888)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.132)**	**(2.888)**
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(56.345)	(46.040)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(56.345)**	**(46.040)**
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**358.628**	**(303.356)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	358.447	920.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))	717.075	616.960
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**358.628**	**(303.356)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros: Subvenção de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	231.343	231.343
Destinações:						
Reserva legal	-	-	11.567	-	(11.567)	-
Em 30 de junho de 2017	1.307.883	18.515	136.183	1.178.860	219.776	2.861.217
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	297.744	297.744
Destinações:						
Reserva legal	-	-	14.887	-	(14.887)	-
Em 30 de junho de 2018	1.307.883	18.515	165.186	1.153.177	282.857	2.927.618

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.
Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades - depósitos bancários	2.879	4.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	714.196	572.678
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.077
	717.075	616.960

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:
I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos
As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de crédito cedidas
De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas desde 1° de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (c)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II - Operações de arrendamento mercantil
II. (i) - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.
II. (ii) - Perdas em arrendamentos
As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R$ 1.580 (2017 - R$ 4.240). Os ganhos são registrados no resultado.
II. (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
A receita de superveniência de depreciação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R$ 6.957 (2017 - despesa de insuficiência de R$ 4.345) e está apresentada na rubrica de receita com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R$ 42.539 (2017 - R$ 34.398) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos
A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens
Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo
Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões
São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:
I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;
II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;
III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais

(m) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.
O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.
(n) Resultado de exercícios futuros
Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.
(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto 2018	Aplicações no mercado aberto 2017	Aplicações em depósitos interfinanceiros 2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	83.998	421.787	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	459.043	13.891	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	171.155	137.000	-
Pós-fixado DI	-	-	40.077
	714.196	572.678	40.077

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2018	2017
07/2012	Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver One	-	26.312
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	14.478	34.421
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	24.766	35.052
		39.244	95.785
	Circulante	39.244	26.313
	Realizável a longo prazo	-	69.472

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Conforme disposto no artigo 8º da Circular Bacen 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2018 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.
Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.
Em 30 de junho, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

2018 Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	15.372	74	-	1.594
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	-	-	-	(2.934)
		74	-	(1.340)
Circulante		74	-	

2017 Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	242.871	548	-	4.040
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	1.072.000	29.719	(6.547)	(73.797)
		30.267	(6.547)	(69.757)
Circulante		30.267	(6.547)	

Hedge
A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.
Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, a Instituição possuía contratos de *swap* que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor nocional era de R$ 1.072.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado do primeiro semestre de 2018 de R$ 2.934 (2017 - negativo em R$ 73.797).
A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS
Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.
(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Operações de crédito	12.700.850	13.329.971
Operações de arrendamento mercantil	252.553	216.325
Outros créditos - títulos e créditos a receber	237.889	149.121
	13.191.292	13.695.417

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2018	2017
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	2.932	3.269
Bens arrendados	353.034	323.118
Depreciação acumulada de bens arrendados	(107.366)	(107.023)
Superveniência de depreciação	42.539	34.398
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	3.027	12.130
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.447)	(7.890)
Credores por antecipação de valor residual	(40.166)	(41.677)
	252.553	216.325

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2023 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R$ 97.265 (2017 - R$ 88.677), sendo que desse total R$ 40.166 (2017 - R$ 41.677) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.
(c) Operações de crédito vinculadas a cessão
A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 17).
Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:
i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver One	07/2012	899.462	1.007.150
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		3.018.146	3.158.788

ii) Saldo contábil

	Ativo 2018	Ativo 2017	Passivo 2018	Passivo 2017
FIDC Driver One	-	279	-	22.063
FIDC Driver Two	1.581	29.145	10.297	39.534
FIDC Driver Three	15.051	180.265	20.739	184.460
	16.632	209.689	31.036	246.057

(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2018

Nível de risco	Curso anormal Vincendas	Curso anormal Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	676.150	676.150	117
A	-	-	7.773.056	7.773.056	39.492
B	96.451	26.608	2.050.630	2.173.689	21.665
C	144.559	11.803	1.131.387	1.287.749	38.628
D	109.890	14.048	315.079	439.017	42.964
E	61.910	9.146	226.596	297.652	89.321
F	27.156	6.389	47.285	80.830	40.415
G	31.685	11.494	10.159	53.338	37.486
H	194.814	99.523	115.474	409.811	409.811
	666.465	179.011	12.345.816	13.191.292	719.899

2017

Nível de risco	Curso anormal Vincendas	Curso anormal Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	418.240	418.240	57
A	-	-	8.182.483	8.182.483	41.856
B	83.902	38.377	1.869.172	1.991.451	19.914
C	185.445	13.380	1.238.702	1.437.527	43.141
D	151.645	15.491	438.264	605.400	59.828
E	148.561	21.245	187.851	357.657	107.675
F	51.381	12.781	28.608	92.770	46.385
G	54.659	12.785	36.698	104.142	72.901
H	258.991	119.225	127.531	505.747	505.747
	934.584	233.284	12.527.549	13.695.417	897.504

(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2018 vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	213.346	4.661.569	4.874.915
De 181 a 360 dias	158.817	2.551.378	2.710.195
Acima de 361 dias	294.302	5.099.181	5.393.483
	666.465	12.312.128	12.978.593
vencidos			
De 01 a 14 dias	19.964	33.688	53.652
De 15 a 60 dias	48.354	-	48.354
De 61 a 180 dias	61.791	-	61.791
De 181 a 360 dias	48.902	-	48.902
	179.011	33.688	212.699
	845.476	12.345.816	13.191.292

2017 vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	271.891	4.634.749	4.906.640
De 181 a 360 dias	218.492	2.646.064	2.864.556
Acima de 361 dias	444.201	5.186.433	5.630.634
	934.584	12.467.246	13.401.830
vencidos			
De 01 a 14 dias	30.828	60.303	91.131
De 15 a 60 dias	61.780	-	61.780
De 61 a 180 dias	91.895	-	91.895
De 181 a 360 dias	48.781	-	48.781
	233.284	60.303	293.587
	1.167.868	12.527.549	13.695.417

(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Pessoas físicas	5.199.300	5.439.154
Outros serviços	4.248.303	4.543.192
Comércio	3.165.590	3.053.750
Indústria	515.992	595.906
Rural	25.893	37.446
Habitação	26.054	18.559
Intermediário financeiro	10.160	7.410
	13.191.292	13.695.417

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	792.722	1.072.743
Constituição de provisão	122.735	169.679
Baixas por utilização	(195.558)	(344.918)
Saldo final	719.899	897.504

Foram recuperados créditos no montante de R$ 214.536 (2017 - R$ 130.582). Foram renegociados créditos no montante de R$ 20.844 (2017 - R$ 21.150) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R$ 136.656 (2017 - R$ 183.767).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	655.203	597.508
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	194.003	203.094
Impostos e contribuições a compensar	123.739	61.800
Total	972.945	862.402
Circulante	277.346	255.866
Realizável a longo prazo	695.599	606.536

8. DESPESAS ANTECIPADAS
Referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no semestre findo em 30 de junho de 2018 são de R$ 1.911 (2017 - R$ 7.925). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R$ 2.907 (2017 - R$ 8.527).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Informações sobre a investida:	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. 2018	2017
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido do semestre	35.387	52.374
Patrimônio líquido	502.922	435.964
Resultado de equivalência patrimonial	35.387	52.374
Investimento	502.922	435.964

10. DEPÓSITOS
A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,5% a 105,4% do DI (2017 - 98,0% a 106,7% do DI).
Em 30 de junho, é composta como segue:

	2018 Interfinanceiros	2018 A prazo	2017 Interfinanceiros	2017 A prazo
Até 90 dias	-	316.739	60.671	156.121
De 91 a 365 dias	-	2.731.969	182.314	940.827
De 1 a 3 anos	235.310	1.459.088	60.121	1.812.530
Acima de 3 anos	-	467.882	-	442.561
Total	235.310	4.975.678	303.106	3.352.039

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS
Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na CETIP, no montante de R$ 1.248.023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,5% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2020 (2017 - R$ 613.772 de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2019).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS
Referem-se a captações de recursos no país e no exterior que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor das operações em dólar era de USD 337.356. O montante das obrigações por empréstimos atualizado era de R$ 1.122.348 a taxas de juros prefixadas de 2,3% a 2,5% ao ano.
Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).
Em 30 de junho de 2017, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos eram de:

	2017 No exterior	2017 No país
Até 90 dias	-	743.745
De 91 a 365 dias	165.746	212.857
Total	165.746	956.602

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME
Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2018	2017
Até 90 dias	452.720	618.600
De 91 a 365 dias	1.100.458	1.541.530
De 1 a 3 anos	1.313.101	1.883.727
Acima de 3 anos	351.419	384.314
Total	3.217.698	4.428.171

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	105.022	63.429
Impostos e contribuições a pagar	37.706	31.299
Passivos tributários diferidos (Nota 19 (b))	133.788	91.705
Total	276.516	186.433
Circulante	112.520	65.855
Exigível a longo prazo	163.996	120.578

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS
(a) Em 30 de junho, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais 2018	2017	Depósitos e bloqueios judiciais 2018	2017
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	98.564	11.386	4.000	7.164
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	160.904	157.487	62.091	83.507
Riscos fiscais (Nota 15 (c))	119.364	81.247	79.865	77.873
Obrigações legais (Nota 15 (c))	440.666	581.942	509.247	428.964
Total	819.498	832.062	655.203	597.508
Exigível/realizável a longo prazo	819.498	832.062	655.203	597.508

(b) Em 30 de junho, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais 2018	2017
Saldo inicial	914.573	767.103
Constituição	150.636	65.972
Reversão	(62.685)	(19.285)
Baixa (i)	(192.320)	(7.262)
Atualização monetária	9.294	25.534
Saldo final	819.498	832.062

(i) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 15 (d)).
A administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.
(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:
Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. Desde o segundo semestre de 2017 as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.
Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.
Riscos fiscais - referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no município de São Paulo, no total de R$ 63.281 (2017 - R$ 60.567) e à discussão quanto a cobrança de INSS, no total de R$ 27.128 (2017 - nil).
Obrigações legais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R$ 413.943 (2017 - R$ 336.001) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R$ 26.382 (2017 - R$ 25.404).
(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT
Em setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R$ 223.085. Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo. A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R$ 89.226 (Nota 21 (c)), registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.
(e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados
A Instituição tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
IOF (i)	610.384	586.761
IRPJ/CSLL (ii)	291.885	250.982
ISS (iii)	337.823	256.856
CPMF (iv)	-	53.021
INSS (v)	-	25.579
Outros	55.208	41.859
	1.295.300	1.215.058
Cíveis		
Ações revisionais	8.265	13.187
	8.265	13.187
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas (vi)	-	9.916
	-	9.916

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.
(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.
(iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil. No primeiro semestre de 2018, transitaram em julgado, com decisão favorável para a Instituição.
(v) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento, sendo que, no segundo semestre de 2017 a sua classificação passou para risco provável.
(vi) Processos passaram de risco possível para risco provável a partir do segundo semestre de 2017.

16. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL
Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 30 de junho, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação 2018	Valor original da operação 2017	Saldo 2018	Saldo 2017
Até 1 ano	53.762	58.389	111.507	111.155
De 1 a 3 anos	100.115	107.898	203.643	201.153
De 3 a 5 anos	209.587	112.367	411.715	204.480
Acima de 5 anos	643.265	786.464	1.131.615	1.289.638
	1.006.729	1.065.118	1.858.480	1.806.426

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,6% ao ano (2017 - 8,7% a 10,8% ao ano).
Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 30 de junho de 2018, o montante referente a esses passivos é de R$ 1.151.058 (2017 - R$ 1.049.083). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.
Em 30 de junho de 2018, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R$ 927.848 (2017 - R$ 956.918).

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Contas a pagar	62.429	27.321
Recebimentos em trânsito a processar	49.165	88.574
Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (c))	31.036	246.057
Contratos de financiamentos a pagar	30.865	7.963
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 21 (g))	77	71
Outras	19.046	17.585
Total	192.618	387.571
Circulante	143.127	324.130
Exigível a longo prazo	49.491	63.441

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2017 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R$ 1.076.865 (2017 - R$ 1.082.289), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.
(a) Créditos tributários - período de realização

	Dez/2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023
Imposto de renda e contribuição social	326.156	280.336	186.721	9.251	8.850	265.551

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho totaliza R$ 898.466 (2017 - R$ 954.923) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.
(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários 2018	Créditos tributários 2017	Passivos tributários diferidos 2018	Passivos tributários diferidos 2017
Saldo inicial	1.138.292	1.124.206	117.382	79.764
Constituição	235.524	208.229	17.762	29.777
Realização	(296.951)	(250.146)	(1.356)	(17.836)
Saldo final	1.076.865	1.082.289	133.788	91.705

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes da tributação	514.583	386.944
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(231.562)	(174.125)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(1.193)	(4.436)
Equivalência patrimonial	15.924	23.568
Outros	(8)	(608)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(216.839)	(155.601)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo) 2018	Ativo (Passivo) 2017	Receita (Despesa) 2018	Receita (Despesa) 2017
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(21.684)	(24.227)	(694)	(1.322)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(474.029)	(399.346)	(14.377)	(20.201)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(15.995)	(22.997)	(423)	(1.409)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(24.834)	(8.452)	(624)	(206)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(37.754)	(20.434)	(730)	(506)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(18.272)	(87.278)	(1.081)	(4.540)
Contas a pagar	(12.651)	(12.662)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(66.791)	(71.816)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(27.860)	(39.402)	(614)	(2.202)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(451.299)	(621.468)	(16.975)	(32.260)
Letras financeiras subordinadas	(1.858.480)	(1.806.426)	(84.210)	(82.427)
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber - valores a ressarcir	252	186	1.371	519
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	(1.549)	-	(1.549)

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo	3.194	2.617
Benefícios pós-emprego	57	45
Outros benefícios de longo prazo	196	140
	3.447	2.802

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução 4.557/17 do CMN, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente.

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco sócioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html.

(b) Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com serviços especializados	94.932	102.638
Despesas com registro de contrato	19.028	15.062
Despesas de comunicação e manutenção	3.412	3.708
Despesas com depreciação e amortização	4.298	5.618
Despesas com publicidade	1.258	556
Outras despesas administrativas	1.172	1.013
	124.100	128.595

(c) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Resultado com tributos (Nota 15 (d))	89.226	-
Recuperação de encargos e despesas	15.351	13.890
Variação monetária ativa (i)	14.297	21.152
Reversão de provisões	7.491	387
Outras receitas operacionais	346	384
	126.711	35.813

(i) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesas com descontos concedidos	108.877	50.095
Despesas com provisões operacionais (i)	68.828	11.119
Despesas com comissões	50.756	44.645
Despesas com busca e apreensão	16.271	17.108
Variação monetária passiva (Nota 15(b))	9.294	25.534
Outras despesas operacionais	26.097	12.916
	280.123	161.417

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R$ 11.103 (2017 - R$ 13.214).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2018 totaliza R$ 7.658 (2017 - R$ 7.130), cuja provisão é de R$ 77 (2017 - R$ 71), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

DIRETORIA

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA | FABRIZIO RUGGIERO | MARIANA PAMPLONA PASCHOAL

CONTADOR

WILLIAM ARIEDI LIMA - Contador - CRC 1SP217638/O-5

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27 de março de 2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros: Srs. Fabrizio Ruggiero e Rafael Vieira Teixeira, eleitos, respectivamente, como Presidente e Membro do referido Comitê na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, e Sra. Mariana Pamplona Paschoal, eleita como Membro na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2018, e remanejada ao cargo de Membro Qualificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2018, todos devidamente qualificados nos respectivos atos que os elegeu com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da adequação dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, produtos, projetos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; (v) o acompanhamento das atividades relevantes desenvolvidas pela Administração para implantação das Resoluções do CMN 4.557/2017 e 4.588/2017; e (vi) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2018 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e do acompanhamento da execução de seu plano anual e suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

O Comitê de Auditoria

Fabrizio Ruggiero
Presidente

Rafael Vieira Teixeira

Mariana Pamplona Paschoal
Membro Qualificado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2